
Gama Saúde Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas
Gama Saúde Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gama Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e



Gama Saúde Ltda.

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 29 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

GAMA SAÚDE LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Disponível		8.236	27.299
Aplicações Financeiras	7	23.544	1.914
Créditos de operações com planos de assistência à saúde- Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	8	43.276	65.874
Títulos e créditos a receber		3.684	4.951
Créditos tributários e previdenciários	9	26.122	22.679
Outros valores e bens	10	288	557
Total do ativo circulante		105.150	123.274
NÃO CIRCULANTE			
Créditos tributários e previdenciários	9	5.181	4.993
Outros valores e bens	10	80	191
Total do realizável a longo prazo		5.261	5.184
Imobilizado			
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicas	11	3.069	3.333
Intangível		638	921
Total do ativo não circulante		8.968	9.438
TOTAL DO ATIVO		114.118	132.712

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde:			
Provisão para eventos/sinistros a liquidar	12	12.899	13.287
Tributos e contribuições a recolher		937	1.502
Débitos diversos	13	24.761	40.766
Total do passivo circulante		38.597	55.555
NÃO CIRCULANTE			
Provisões			
Provisão para riscos	14	5.710	3.890
Total do passivo não circulante		5.710	3.890
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	68.873	68.873
Reservas de lucros		938	6.316
Prejuízos acumulados		-	(1.922)
Total do patrimônio líquido		69.811	73.267
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.118	132.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		396.882	557.904
Contraprestações liquidas/prêmios retidos	16.1	367.160	527.360
Receita com administração de planos de assistência à saúde e outras, líquidas de cancelamentos		32.284	35.682
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(2.562)	(5.138)
EVENTOS INDENIZÁVEIS LIQUIDOS			
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	16.2	(367.213)	(527.276)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		29.669	30.628
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	17	(30.755)	(23.426)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	8.b	(485)	(2.159)
Provisão para perdas sobre créditos	8.b	(485)	(2.159)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	18	2.956	5.354
Receitas financeiras	18	3.496	5.978
Despesas financeiras	18	(540)	(624)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E DAS PARTICIPAÇÕES		1.385	10.397
Imposto de renda	19	-	(3.574)
Contribuição social	19	-	(1.327)
Participações no resultado		-	(400)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.385	5.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.385	5.096
TOTAL RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.385	5.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Outros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		68.873	1.220	24.934	-	95.027
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.096	5.096
Constituição de reserva legal		-	255	-	(255)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	(24.934)	-	(24.934)
Dividendo proposto	15	-	-	4.841	(4.841)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		68.873	1.475	4.841	-	75.189
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(1.922)	(1.922)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		68.873	1.475	4.841	(1.922)	73.267
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.385	1.385
Absorção de reserva legal	15	-	(537)	-	537	-
Distribuição de dividendo proposto	15	-	-	(4.841)	-	(4.841)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		68.873	938	-	-	69.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017 (Representado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	423.692	608.613
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	1.443	2.879
(+) Outros Recebimentos Operacionais	5.895	6.118
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(377.396)	(566.790)
(-) Pagamento de Pessoal	(14.712)	(14.706)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(13.646)	(9.066)
(-) Pagamento de Tributos	(8.260)	(19.617)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(82)	(547)
(-) Pagamento de Aluguel	(3.869)	(4.427)
(-) Aplicações Financeiras	(20.960)	-
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(6.165)	(10.795)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(14.059)	(8.338)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(163)	-
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	-	(324)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(163)	(324)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Dividendos pagos	(4.841)	(24.934)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(4.841)	(24.934)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(19.063)	(33.596)
Caixa - saldo inicial	27.299	60.895
Caixa - saldo final	8.236	27.299
Ativos livres no início do ano (*)	27.299	60.895
Ativos livres no fim do ano (*)	8.236	27.299
AUMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(19.063)	(33.596)

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Disponível', acrescido do montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gama Saúde Ltda.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente*

GAMA SAÚDE LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A Gama Saúde Ltda. ("Empresa" ou "Gama Saúde"), com sede em Barueri, presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS, com exceção dos CPCs 47 e 48, e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 290 e as respectivas atualizações.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS sustenta a posição de não adotar os pronunciamentos CPC 47, CPC 48 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Empresa adotou o CPC 47 e CPC 48 (veja maiores detalhes na nota explicativa 2.4 abaixo), visto que sua controladora é entidade de capital aberto, cujas ações são negociadas na bolsa de valores, e por requerimento de seu órgão regulador, CVM, a partir de 1º de janeiro de 2018 adotou esses pronunciamentos técnicos.

As mesmas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS, com exceção do CPC 48 e 47. Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme

descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

III. Reclassificação e reapresentação de saldos

a) Reclassificação entre aplicações financeiras e disponível:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata no montante de R\$ 25.563 foi indevidamente classificado como aplicações financeiras ao invés de Disponível no balanço patrimonial conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>31/12/2017</u> <u>(anteriormente</u> <u>apresentados)</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentação</u>
Disponível	1.736	25.563	27.299
Aplicações Financeiras	27.477	(25.563)	1.914

Essa reclassificação não produziu efeitos no resultado da Empresa.

Em virtude da reclassificação acima, tivemos as seguintes alterações na Demonstração do Fluxo de Caixa:

	<u>31/12/2017</u> <u>(anteriormente</u> <u>apresentado)</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2017</u> <u>(</u> <u>Representado)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos Saúde	608.613,00	-	608.613,00
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	665.666,00	665.666,00	-
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	2.879,00	-	2.879,00
(+) Outros Recebimentos Operacionais	6.118,00	-	6.118,00
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(566.790,00)	-	(566.790,00)
(-) Pagamento de Comissões	-	-	-
(-) Pagamento de Pessoal	(14.706,00)	-	(14.706,00)
(-) Pagamento de Pró-Labore	-	-	-
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(9.066,00)	-	(9.066,00)
(-) Pagamento de Tributos	(19.617,00)	-	(19.617,00)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(547,00)	-	(547,00)
(-) Pagamento de Aluguel	(4.427,00)	-	(4.427,00)
(-) Aplicações Financeiras	<u>(632.830,00)</u>	(632.830,00)	-
(-) Outros Pagamentos Operacionais	<u>(8.425,00)</u>	(2.370,00)	<u>(10.795,00)</u>
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>26.868,00</u>	(35.206,00)	<u>(8.338,00)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(324,00)	-	(324,00)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(24.934,00)	-	(24.934,00)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>1.610,00</u>	(35.206,00)	<u>(33.596,00)</u>
Caixa - saldo inicial	125,58	60.769,42	60.895,00
Caixa - saldo final	1.735,75	25.563,25	27.299,00

b) Ajuste de períodos anteriores:

Em 31 de dezembro de 2018 foi identificada a necessidade de ajuste no valor de R\$ 1.922 de um estorno efetuado indevidamente na conta de passivo de Demapo (demitidos e aposentados) do de 2016 que foi corrigida nesse exercício, sendo assim, foi registrado um aumento em Débitos Diversos em contrapartida de Patrimônio Líquido (ajustes de exercícios anteriores). A Empresa realizou o ajuste conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2017</u> (anteriormente apresentados)	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2017</u> Reapresentação
Patrimônio Líquido (passivo)	75.189	(1.922)	73.267
Débitos diversos (passivo)	38.844	1.922	40.766

Esse ajuste produziu efeitos no resultado da Empresa no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

IV. Adoção de normas

I. CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

A Empresa entende que os ativos financeiros classificados como Empréstimos e Recebíveis em 2017 são passíveis de reconhecimento como Custo Amortizado em 2018. Com relação as perdas sobre créditos, a Empresa avaliou e concluiu que o conceito sobre perdas esperadas é imaterial.

II. CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento

Estabelecendo um novo modelo contendo cinco passos que especificam o tratamento contábil para todas as receitas de contratos com clientes, a CPC 47 demonstra o montante, o momento e as incertezas em relação as receitas e aos fluxos de caixas decorrentes de contratos com clientes.

Após análises, concluiu-se que para a Empresa não há impactos em relação a esta norma.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações tem prazo de vencimento de até 45 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. Até 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros, eram classificados nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio, por objetivo de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados se:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais, bem como pela venda; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por resultado abrangente.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

iv. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

v. Aplicações financeiras

Inclui fundo de investimento multimercado exclusivo de crédito privado e fundos dedicados à ANS como ativo garantidor.

Conforme política interna, as aplicações financeiras estão concentradas em operações de menor risco, sendo principalmente renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário – CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%..

vi. Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.III.I o conceito de perda esperada é imaterial, logo para 2017 e 2018 a provisão para perda sobre créditos é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes. Conforme RN nº 290/12, e alterações posteriores, a provisão é constituída para os títulos vencidos a mais de 90 dias, sendo acrescida pelas demais parcelas remanescentes do respectivo contrato.

vii. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais. Veja nota explicativa nº 11.

viii. Intangível

Está representado principalmente por custos de software.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

ix. Provisões técnicas

A provisão de eventos a liquidar é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

x. Apuração do resultado

- a) A receita decorrente dos prêmios ganhos é reconhecida, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.
- b) A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.
- c) O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

xi. Regime de Tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando há lucro tributável.

xii. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

xiii. Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assumira esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

Conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a Empresa adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos (ativo e receita). Os valores relativos às transações de

aluguel de rede referente ao exercício de 2018 foram devidamente registrados, segregando a operação em Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber e Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida.

xiv. Benefícios a empregados

O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. A Empresa não possui planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefício pós emprego.

xv. Contabilização dos dividendos

Embora a Empresa seja uma sociedade Ltda, os dividendos pagos e propostos no período são contabilizados conforme a ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e conforme estabelecido no Estatuto Social da Empresa.

4. Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

5. Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza das suas operações e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos. Os instrumentos financeiros e as respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017		
	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:					
Aplicações financeiras	23.544	-	-	1.914	-
Créditos de operações com planos de saúde	-	43.276	65.874	-	-
Títulos e créditos a receber	-	3.684	4.951	-	-
Passivos financeiros:					
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	12.899	-	-	13.287
Débitos diversos	-	24.761	-	-	38.844

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensuração de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Aplicações financeiras	23.544	-	-	23.544	1.914	-	-	1.914

Durante o exercício, não ocorreram transferências entre níveis no ativo mencionado acima.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que estão assim resumidos:

	31/12/2018		
	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Consolidado
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	Ativo circulante	7	7.863
Total de exposição			7.863

- i. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A política de aplicações financeiras adotada pela Administração da Empresa estabelece as instituições financeiras com as quais pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos.

- ii. Análise sensitiva de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “A-” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 aumentaria/diminuiria em R\$ 183 (R\$389 em 2017).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Patrimônio mínimo ajustado

A Empresa está sujeita a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS. A Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, estabelece que o capital-base a ser considerado pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 é o de R\$ 8.503 e que o patrimônio mínimo ajustado deve ser maior que este montante.

Patrimônio mínimo ajustado representa o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos conforme estabelecido pela IN - Instrução Normativa 50 de 30 de novembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio mínimo ajustado calculado é de R\$69.170 (R\$ 72.954 em 2017), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Margem de solvência

A RN nº 209 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (“OPS”) que estabelece:

Margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo VIII da RN nº 313/12, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS; e
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Débitos diversos	24.761	38.844
Repasse financeiros a pagar	12.899	13.287
Total	37.660	52.131

6. Adoção de normas Novas e Revisadas

Em 2018 a Empresa não adotou as CPCs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Norma	Descrição
CPC 06 (R2)	“Operações de Arrendamento Mercantil”. Com esse novo pronunciamento os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo relacionado aos pagamentos futuros e os direitos de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os atualmente classificados como operacionais, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A CPC 02 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22	A ICPC 22 é uma interpretação do CPC32 – Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no imposto de renda corrente e diferido, a partir de 1º janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Empresa na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019:

I. CPC06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento

Norma estabelece critérios para evidenciar em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento em contrapartida a um ativo de direito correspondente ao bem arrendado.

Durante o exercício de 2018, a Empresa avaliou potenciais impactos em virtude da adoção inicial da norma, destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – A Empresa reconhecerá em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou a taxa básica de juros (SELIC) + Spread definido pela Empresa que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos de alugueis dos imóveis, atualmente reconhecidos como despesas de ocupação, serão registradas como ativo imobilizado na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas durante a vigência do contrato. Os contratos de locações dos escritórios da Empresa somam R\$ 6.704 para o exercício de 2019 (não auditados).
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda

A interpretação descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo;
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda;
- Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

A Administração da Empresa não espera que a adoção dessas alterações no futuro tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo neste período. Para o próximo período serão realizados diagnósticos mais profundos para avaliação dos impactos e serão reportados nas demonstrações do ano de aplicação.

7. Aplicações Financeiras

Compõem-se como segue:

Por tipo de aplicação

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo ANS (a)	23.544	1.914
Total	23.544	1.914

- (a) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos. A aplicação vinculada a ANS (Fundo ANS) está mantida no banco Itaú (nota explicativa nº 12).

8. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber (a)	23.473	65.874
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber Corresp. Assumida (a)	19.803	-
Total	43.276	65.874

Os saldos contábeis referente a 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017. (Nota explicativa nº16).

- (a) O resumo por idade da contraprestação pecuniária/ prêmio a receber é o seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer (*)	34.704	54.067
Vencidos:	8.572	11.807
Até 30 dias	5.866	8.127
De 31 a 60 dias	1.801	2.429
Acima de 60	905	1.251
Total	43.276	65.874

(*) Os valores de 31 de dezembro de 2018 foram recebidos substancialmente até o dia 31 de janeiro de 2019.

- (b) Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	-	-
(Reversões)/Constituições, líquidas	2.973	6.448
Recuperação de perdas	(2.488)	(4.287)
Perdas com créditos incobráveis	(485)	(2.159)
Saldo no fim do exercício	-	-

9. Créditos tributários e previdenciários

<u>Circulante</u>	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a compensar	9.414	9.064
IRPJ a compensar	9.139	6.169
INSS a compensar	1.257	1.213
PIS a compensar	5.212	4.975
CSLL a compensar	1.100	1.258
Total	26.122	22.679
<u>Não Circulante</u>	31/12/2018	31/12/2017
INSS a compensar cooperativas	5.181	4.993
Total não circulante	5.181	4.993
Total geral	31.303	27.672

10. Outros Valores e Bens

10.1. Composição

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>		
Outros valores e bens	260	-
Reembolso de despesas (a)	28	557
Total circulante	288	557
<u>Não Circulante</u>		
Depósitos judiciais	80	191
Total não circulante	80	191
Total geral	368	748

a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2018			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Connectmed CRC	-	-	3.870	-
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	28	-	115	-
Qualicorp Administração e Serviços Ltda.	-	-	169	-
Qualicorp Corretora de Seguros S.A.	-	60	25.575	1.745
Total	28	60	29.729	1.745

	31/12/2017			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Connectmed CRC	301	-	803	-
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	6	-	173	-
Qualicorp Administração e Serviços Ltda.	41	-	78	-
Qualicorp Corretora de Seguros S.A.	209	284	1.020	128
Clube de Saúde Adm. De Benefícios Ltda.	-	-	8	-
Total	557	284	2.082	128

10.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2018		2017	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores	818	6.562	269	3.588
Saldos em 31 de dezembro de 2018	818	6.562	269	3.588

11. Imobilizado

Compõe como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Custo				Amortização				
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	(*)	2.625	279	-	2.904	(740)	(262)	-	(1.002)	1.902
Móveis e utensílios	10	2.006	2	(146)	1.862	(592)	(186)	42	(736)	1.126
Equipamentos de processamento de dados	20	538	14	-	552	(532)	(3)	2	(533)	19
Máquinas e equipamentos	10	38	-	-	38	(16)	(5)	-	(21)	17
Instalações	10	9	-	-	9	(3)	(1)	-	(4)	5
Equipamentos telefônicos e de comunicação	20	2	-	-	2	(2)	-	-	(2)	-
Total		5.218	295	(146)	5.367	(1.885)	(457)	44	(2.298)	3.069

	Taxa anual de amortização - %	Custo			Amortização				Saldo Líquido
		Saldo em 31/12/2016	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	
<i>Benfeitorias em imóveis de terceiros</i>	(*)	2.625	-	2.625	(478)	(262)	-	(740)	1.885
<i>Móveis e utensílios</i>	10	2.006	-	2.006	(392)	(200)	-	(592)	1.414
<i>Equipamentos de processamento de dados</i>	20	556	(18)	538	(547)	(3)	18	(532)	6
<i>Máquinas e equipamentos</i>	10	38	-	38	(12)	(4)	-	(16)	22
<i>Instalações</i>	10	9	-	9	(2)	(1)	-	(3)	6
<i>Equipamentos telefônicos e de comunicação</i>	20	2	-	2	(2)	-	-	(2)	-
Total		5.236	(18)	5.218	(1.433)	(470)	18	(1.885)	3.333

(*) Em 10 de outubro de 2014 a Empresa celebrou o contrato de locação de um imóvel pelo prazo de 5 (cinco) anos, em outubro de 2016 foi efetuado um contrato de prorrogação ratificando o prazo para 10 (dez) anos. A taxa média de amortização em 2018 foi de 17%.

12. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

Compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores (a)	12.603	13.129
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	296	158
Total	12.899	13.287

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos. Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para cobertura:

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Vencimentos:</u>		
Inferiores a 60 dias	12.603	12.995
Superiores a 60 dias	296	292
Total	12.899	13.287
Provisões técnicas para cobertura (a)	296	292
Ativos garantidores (Vide nota explicativa nº 7)	23.544	1.914

- a) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa - RN nº 392, que dispõe sobre a aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

13. Débitos Diversos

Esse saldo é composto por:

	31/12/2018	31/12/2017
Prestadores de assistência à saúde (a)	15.534	31.645
Back office beneficiários de clientes (b)	2.682	2.612
Aluguel a pagar (c)	1.676	1.901
Adiantamento de clientes (Demapo – Demitidos e aposentados) (d)	902	1.981
Fornecedores	673	870
Obrigações com pessoal	428	241
Repasso de custos a pagar (e)	60	116
Depositos não identificados	24	-
Reembolso despesas a pagar (f)	-	168
Outros	2.782	1.232
Total	24.761	40.766

- a) Trata-se substancialmente de valores a pagar aos prestadores da rede credenciada em razão da prestação de serviços de utilização de rede credenciada médico-hospitalar para outras Operadoras/Autogestões (“aluguel de rede”). A redução em relação a 2017 deve-se substancialmente a saída de clientes.
- b) Refere-se a prestação de serviços tais como aluguel de rede médica e benefícios de medicamento para beneficiários de clientes.
- c) Refere-se ao aluguel da Empresa em Barueri.
- d) Refere-se a saldos de beneficiários demitidos e aposentados de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 279, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho. Houveram diversos cancelamentos de contrato o que acarretou na redução deste saldo.
- e) Refere-se ao reembolso de despesas para as coligadas Qualicorp Administradora de Benefícios S.A e Qualicorp Corretora de Seguros S.A, mediante cálculo de metragem e segregação por sala do imóvel locado pela Empresa e sublocado para estas empresas.
- f) A coligada Qualicorp Corretora de Seguros S.A. concentra todas as atividades de back office que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

14. Provisão para Riscos

Compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis (a)	4.484	3.169
Trabalhistas e previdenciárias (b)	1.144	540
Regulatória/ANS (c)	82	181
Total	5.710	3.890

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2017	Adições	Reversões	31/12/2018
Cíveis (a)	3.169	2.332	(1.017)	4.484
Trabalhistas e previdenciárias (b)	540	621	(17)	1.144
Regulatória/ANS (c)	181	70	(169)	82
Total	3.890	3.023	(1.203)	5.710

	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Cíveis (a)	658	2.958	(447)	3.169
Trabalhistas e previdenciárias (c)	350	1.045	(855)	540
Regulatória/ANS (e)	-	184	(3)	181
Tributárias (b)	1.729	100	(1.829)	-
Provisão de Sinistralidade Gama GSP (d)	246	-	(246)	-
Total	2.983	4.287	(3.380)	3.890

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro 2018:

- a) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$4.484 (R\$ 3.169 em 2017), avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como perda possível, R\$8.896 de causas cíveis (R\$8.540 em 2017) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (ii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades que se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iii) reajuste anual e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$1.144 (R\$540 em 2017). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$1.095 (R\$1.529 em 2017), não foram constituídas provisões.
- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$82 (R\$181 em 2017) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, e de R\$82 (R\$331 em 2017) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões.

15. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o capital social era representado por R\$68.873, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 6.887.297.425 quotas de valor nominal igual a R\$0,01.

Em 2018 a Empresa realizou a distribuição total do dividendo proposto de 2017 no montante de R\$ 4.841, (R\$ 3.000 em março de 2018 e R\$ 1.841 em junho de 2018). Ao final do exercício de 2018 houve absorção da reserva legal de lucros no valor de R\$ 537.

16. Contraprestações Líquidas e Eventos Conhecidos ou Avisados Líquidos

16.1. Contraprestações Líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestação líquidas/prêmios retidos	307.658	527.360
Contraprestação líquidas/prêmios retidos - Corresponsabilidade Assumida (*)	59.502	-
Total	367.160	527.360

(*) Os saldos contábeis referentes à 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN nº 430/2017. (Notas explicativas nº 3 e nº 8).

16.2. Eventos Conhecidos ou Avisados Líquidos

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se

como segue:

Rede Contratada	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos e glosas	Demais despesas	Total
31/12/2018	30.034	13.114	2.912	209.156	(37.466)	149.463	367.213
31/12/2017	64.925	151.107	51.324	239.932	(25.426)	45.414	527.276

17. Despesas Administrativas

Compõe-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Despesa com empregados (a)	15.563	12.780
Contrato com serviços de terceiros (b)	10.694	7.078
Despesa com localização e funcionamento (c)	2.610	2.679
Outros	1.888	889
Total	30.755	23.426

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	5.498	5.472
Despesa com encargos sociais	2.493	2.726
Gratificações	2.395	-
Outras despesas com empregados	1.651	1.984
Despesa com assistência social	850	811
Provisão de férias	774	389
Provisão de 13º salário	602	506
Despesas com vale refeição	512	591
Despesa com transporte	462	579
Despesa com indenização	322	424
Despesa com formação profissional	4	243
Reversão de provisão de programa de participação nos resultados	-	(945)
Total	15.563	12.780

b) Serviços contratados de consultoria em saúde para o projeto GSP, ações de credenciamento e melhoria da rede.

c) Despesas com o edifício em Barueri referente a aluguel e condomínio, reembolsadas pelas empresas do Grupo Qualicorp por sala locada.

18. Receitas (Despesas) Financeiras

Compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.830	3.889
Atualização com crédito tributário	1.315	1.954
Outros	351	135
Total	3.496	5.978
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeira	(540)	(599)
Despesa com multas e juros sobre impostos	-	(25)
Total	(540)	(624)
Resultado Financeiro	2.956	5.354

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	1.385	9.997
Equivalência patrimonial	-	-
Subtotal	<u>1.385</u>	<u>9.997</u>
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(471)	(3.399)
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (*)	(19)	-
Constituição/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	490	(1.614)
Outros	-	112
Total das despesas de IRPJ/CSLL	<u>-</u>	<u>(4.901)</u>
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	0,00%	49,02%

(*) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização (Nota explicativa nº 22).

20. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa possui cartas fiança no valor de R\$ 228 referente à garantia prestada em operações comerciais decorrente a execução da prestação de serviço de administração e gerenciamento de plano de assistência à saúde.

Foi celebrado em outubro de 2014 contrato de locação pelo prazo de cinco anos, com vigência a partir da data de celebração do mesmo. O valor do aluguel mensal é de R\$361 (atualizado anualmente pelo IGP-M). Em outubro de 2016 foi efetuado um contrato de prorrogação ratificando o prazo para dez anos. Em 2018 houve diminuição no valor do aluguel mensal para R\$ 270 devido devolução de um dos andares locados.

As despesas incorridas com os contratos de aluguel durante o exercício de 2018 foram R\$ 3.318 (R\$ 4.171 em 2017).

21. Seguros

A Empresa mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Ítems	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	37.995
Responsabilidade dos Administradores	civil Responsabilidade civil dos administradores (Directors and Officers Liability Insurance “D&O” e Erros e Omissões “E&O”)	10.000

22. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Item	31/12/2018	31/12/2017
Provisões para riscos	1.764	1.737
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis	718	1.236
Prejuízos fiscais	19	-
Outras provisões	130	130
Total dos créditos tributários	2.631	3.103
(-) Créditos tributários não contabilizados (*)	(2.631)	(3.103)
Total dos créditos tributários contabilizados	-	-

(*) A Empresa não constituiu créditos tributários diferidos de R\$ 2.631, em razão de não existirem, até o momento, medidas visando à sua recuperação com lucros futuros.

23. Conciliação Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2018
	Controladora
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.385
Ajustes por:	
Depreciações e amortizações	741
Provisão (reversão) para riscos	1.820
	3.946
Variação dos ativos e passivos operacionais:	
Aumento (redução) de créditos a receber de clientes	22.598
(Redução) de impostos e contribuições a recolher	298
Aumento de Provisão para eventos/sinistros a liquidar	(388)
Aumento (redução) títulos e créditos a receber/créditos tributários e previdenciários	(2.364)
Aumento (redução) de outros valores e bens	380
Aumento (redução) de débitos diversos	(16.036)
Aumento (redução) de aplicações financeiras	(21.630)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	(13.196)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(863)
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades operacionais	(14.059)

24. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 14 de março de 2019 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2018, quando aplicável.
